

Maringá – Pr., 19 de julho de 2019.

Ilmos. Srs.
Diretores da
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
Maringá – Paraná.

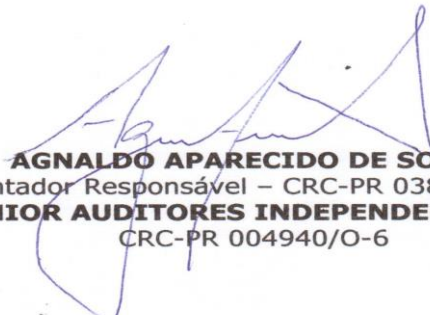
Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de V.Sas. os seguintes relatórios:

- 1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2019;**
- 2. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O SISTEMA CONTÁBIL E DE CONTROLES INTERNOS;**
- 3. COMENTÁRIOS SOBRE AS ANÁLISES PROCEDIDAS NOS GRUPOS DE CONSÓRCIO;**
- 4. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES; e**
- 5. RELATÓRIO SOBRE A CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA.**

Colocamo-nos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,


AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2019.....	04
2. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O SISTEMA CONTÁBIL E DE CONTROLES INTERNOS.....	28
3. COMENTÁRIOS SOBRE AS ANÁLISES PROCEDIDAS NOS GRUPOS DE CONSÓRCIO.....	34
4. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES.....	41
5. RELATÓRIO SOBRE A CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA.....	43

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ilmos. Srs.
Diretores da
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
Maringá – Paraná.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, da demonstração dos recursos de consórcios e das variações das disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.** em 30 de junho de 2019, o resultado de suas operações, seus fluxos de caixa, a demonstração dos recursos de consórcios e a demonstração das variações das disponibilidades de grupos para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

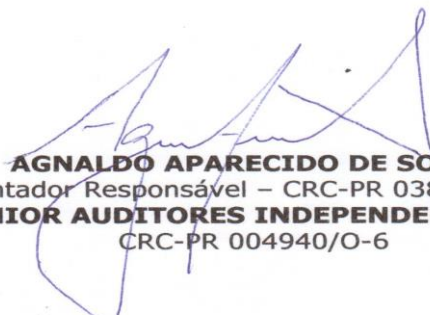
condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Maringá – Pr, 19 de julho de 2019.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais

Ativo	Nota	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	337	293	Fornecedores	10	124	141
Bancos c/ movimento		337	293	Obrigações sociais e Trabalhistas	11	127	102
Valores Realizáveis a curto prazo		8.486	6.860	Obrigações Fiscais	12	865	264
Aplicações Financeiras	05	7.546	6.408	Outras Obrigações	13	40	41
Impostos a recuperar	06	567	101	Provisões p/ pagamentos a efetuar	14	787	776
Outros valores a receber	07	365	339	Provisão de férias e encargos		98	61
Despesas a apropriar		8	12	Total do passivo circulante		2.041	1.385
Total do ativo circulante		8.823	7.153				
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	08	47	25	Capital social	15	2.900	2.900
Imobilizado	09	103	95	Reserva de lucros		4.036	3.008
Intangível	09	4	20	Total do Patrimônio líquido		6.936	5.908
Total do ativo não circulante		154	140				
Total do ativo		8.977	7.293	Total do passivo e patrimônio líquido		8.977	7.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em milhares de reais

	30/06/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	11.625	19.261
Receita de prestação de serviços	11.408	18.866
Rendas de outros serviços	217	395
(-) Deduções da receita bruta	(1.666)	(2.761)
Impostos incidentes s/ vendas	(1.666)	(2.761)
Resultado operacional Bruto	9.959	16.500
Despesas/Receitas Operacionais	(8.385)	(14.219)
Despesas administrativas	(7.666)	(13.472)
Despesa de pessoal	(861)	(1.123)
Outras despesas operacionais	(97)	(66)
Receitas (despesas) financeiras	164	340
Outras receitas operacionais	75	102
(=) Lucro antes da contribuição social	1.574	2.281
(-) Provisão p/ contribuição social	(150)	(211)
(=) Lucro antes da provisão imp.de renda	1.424	2.070
(-) Provisão p/ imposto sobre a renda	(396)	(549)
Lucro líquido do exercício	1.028	1.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	2.900	1.487	-	4.387
Lucro do exercício	-	-	1.521	1.521
Transferência para reserva	-	1.521	(1.521)	-
Saldos em 31/12/2018	2.900	3.008	-	5.908
Lucro líquido 1º semestre	-	-	1.028	1.028
Transferência para reserva	-	1.028	(1.028)	-
Saldos em 30/06/2019	2.900	4.036	-	6.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS - MÉTODO INDIRETO
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em milhares de reais

1 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2019	31/12/2018
Lucro do período	1.028	1.521
(+) Depreciação/amortização	16	20
Aumento das aplicações financeiras	(1.138)	(1.854)
Redução/aumento dos impostos a recuperar	(466)	12
Redução/aumento dos outros valores a receber	(26)	64
Aumento/redução das despesas a apropriar	4	(12)
Aumento dos fornecedores	(17)	68
Aumento/redução das obrigações sociais e trabalhistas	25	9
Aumento das obrigações fiscais	601	61
Aumento/redução das outras obrigações	(1)	2
Aumento das provisões p/pagamentos a efetuar	11	353
Redução/aumento das provisões de férias e encargos	37	(19)
Caixa tomado/gerado pelas Atividades Operacionais	74	225
2 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do investimento	(22)	(9)
Aumento do imobilizado	(23)	(40)
Redução/aumento do intangível	15	(16)
Caixa tomado pelas Atividades de Investimentos	(30)	(65)
Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa	44	160
3 - Caixa e equivalente de caixa no início do período	293	133
4 - Caixa e equivalente de caixa no final do período	337	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em milhares de reais

Ativo	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	2.440	1.744	Obrigações Diversas	249.421	207.122
Aplicações Financeiras	105.286	87.660	Total do passivo circulante	249.421	207.122
Outros Créditos	141.695	117.718			
Total do ativo circulante	249.421	207.122			
Compensação			Compensação		
Prev. Mensal/Recursos a Rec. de Consorciados	12.571	10.683	Recursos Mensais a Rec. de Consorciados	12.571	10.683
Contribuições Devidas ao Grupo	961.534	764.704	Obrigações do Grupo por Contribuições	961.534	764.704
Consoiciados-Bens a Contemplar	933.815	743.139	Obrigações por Futuras Contemplações	933.815	743.139
Total da Compensação	1.907.920	1.518.526	Total da Compensação	1.907.920	1.518.526
Total do Ativo	2.157.341	1.725.648	Total do Passivo	2.157.341	1.725.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais

	1º Sem/2019	2º Sem/2018
DISPONIBILIDADES NO INICIO DO PERÍODO	89.405	72.699
Depósitos Bancários	1.744	1.664
Aplicações Financeiras do Grupo	5.924	2.975
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	81.737	68.060
(+) RECURSOS COLETADOS	126.030	111.552
Contribuições para Aquisição de Bens	107.319	95.616
Taxa de Administração	10.912	9.855
Contribuições ao Fundo de Reserva	1.329	1.010
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.219	1.860
Multas e Juros Moratórios	193	161
Prêmios de Seguros	1.283	1.285
Custas Judiciais	25	58
Outros	2.750	1.707
(-) RECURSOS UTILIZADOS	107.709	94.846
Aquisição de Bens	90.767	79.547
Taxa de Administração	11.045	9.939
Multas e Juros Moratórios	97	80
Prêmios de Seguros	1.182	1.325
Custas Judiciais	25	58
Devolução a Consorciados Desligados	2.729	2.068
Outros	1.864	1.829
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	107.726	89.405
Depósitos Bancários	2.440	1.744
Aplicações Financeiras do Grupo	7.552	5.924
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	97.734	81.737

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(Valores expressos em R\$ mil)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administradora de Consórcio Unicoob Ltda., é uma sociedade limitada e obteve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 19 de maio de 2010 com publicação no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2010.

A empresa tem por objeto social à administração de grupos de consórcios em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Administradora,

quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10/07/2019.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Da Administradora

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Administradora revisa estas premissas e estimativas semestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Empresa:

- Ajuste ao valor justo de ativos e passivos;
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis); e
- Ajuste a valor presente.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

e) Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

• Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada

e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear o resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o período findo em 30 de junho de 2019 a Administradora não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g) Fornecedores

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações cambiais incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Administradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% para o IRPJ sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240mil ao ano (R\$ 120 mil ao semestre), e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

k) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, foram ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação ou da transição.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o

risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

3.2 – Dos Grupos de Consórcios

Os recursos dos grupos de consórcios foram registrados segundo as normas do Banco Central do Brasil.

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplação e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcios, os quais são mantidos

em conta vinculada para aplicação diária segundo determinação do Banco Central do Brasil.

Esses recursos são aplicados em fundos de investimentos de curto prazo e seus rendimentos líquidos são incorporados aos fundos: comum e de reserva de cada grupo, por meio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas, não incidindo sobre estes, a taxa de administração;

b) Outros créditos

São as contribuições a receber dos consorciados contemplados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2019.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Trata-se da previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2019.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representam as contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento dos grupos.

e) Valores bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente em 30 de junho de 2019.

f) Outras obrigações

Representam as obrigações com consorciados, valores a repassar, obrigações por contemplações a entregar, recursos a devolver a consorciados e recursos dos grupos, calculados com base no preço do bem vigente em 30 de junho de 2019.

g) Recursos coletados

Representam todos os recursos coletados desde a constituição dos grupos ativos, inclusive os reajustes de caixa, os rendimentos vinculados e o fundo de reserva.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebida dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações.

h) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição do bem, tendo seu valor de acordo com o percentual estipulado no contrato de adesão.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O valor de R\$ 337 mil (R\$ 293 mil em 31/12/2018) refere-se ao saldo de conta corrente bancária da Administradora.

A composição do saldo da conta banco conta movimento era a seguinte:

Instituição Financeira	30/06/2019	31/12/2018
Bancoob	319	162
Sicoob Metropolitano	18	131
Total	337	293

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos saldo na conta corrente bancária.

A empresa dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- Liquidez da Entidade;
- Minimização do risco financeiro; e
- Adequado retorno do capital investido.

NOTA 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da aplicação financeira era a seguinte:

Instituição Financeira	Modalidade	30/06/2019	31/12/2018
Bancoob	CDB-POS-CDICE	3.097	3.001
Sicoob Metropolitano	RDC-LONGO PÓS-CDI	4.234	3.222
IRRF provisão s/rendimentos		215	185
Total		7.546	6.408

O valor refere se a aplicação financeira de renda fixa, cujo rendimento estava apropriado como receita até a data do balanço patrimonial.

A empresa não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo, em derivativos, ações ou quaisquer outros ativos de risco.

NOTA 06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

O valor de R\$ 567 mil (R\$ 101 mil em 31/12/2018) refere-se ao recolhimento antecipados de IRPJ e CSLL, que será compensado com futuros débitos dos referidos tributos.

NOTA 07 – OUTROS VALORES A RECEBER

O valor de R\$ 365 mil (R\$ 339 mil em 31/12/2018) estava assim composto:

Conta	30/06/2019	31/12/2018
Adiantamentos funcionários	33	4
Valores a receber	8	-
Direitos a receber - Grupos	4	-
Contribuições a receber ajuizadas	320	335
Total	365	339

Os valores estavam avaliados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 47 mil (R\$ 25 mil em 31/12/2018) refere-se a quotas de capital social integralizada junto a Cooperativa Sicoob Metropolitano.

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGIVEL

A composição do saldo da conta imobilizado técnico era a seguinte:

Conta	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo	(-) Depreciação	(=) Líquido	Custo	(-) Depreciação	(=) Líquido
Máquinas e equipamentos	4	(3)	1	4	(2)	2
Móveis, utens. e instalações	28	(5)	23	25	(4)	21
Computadores e periféricos	142	(69)	73	128	(56)	72
Benfeitorias imóveis terceiros	6	-	6			-
Software e licença de uso	30	(26)	4	45	(25)	20
Total	210	(103)	107	202	(87)	115

NOTA 10 – FORNECEDORES

O valor de R\$ 124 mil (R\$ 141 mil em 31/12/2018) refere-se a obrigações com fornecedores, referente a compra de materiais e prestação de serviços aplicados as atividades da Administradora.

Na data das demonstrações contábeis a conta estava avaliada a valor presente.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

O valor de R\$ 127 mil (R\$ 102 mil em 31/12/2018) refere-se salários, encargos sociais e participação nos lucros a pagar.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

O valor de R\$ 865 mil (R\$ 264 mil em 31/12/2018) refere-se aos tributos, PIS, COFINS, IRRF, ISSQN a recolher, bem como, aos tributos retidos em nota fiscal.

Os tributos possuíam vencimentos diversos em julho de 2019.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor de R\$ 40 mil (R\$ 41 mil em 31/12/2018) refere-se a contas a pagar ao Sicoob Central e a prestação de serviços de terceiros.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

O valor de R\$ 787 mil (R\$ 776 mil em 31/12/2018) refere-se a:

Conta	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para contingências	15	-
Obrigações assessoria documentos	40	-
Obrigações com grupo de consórcios	94	133
Obrigações com grupos encerrados	96	121
Valores a ratear - grupos	222	191
Obrigações com grupo - cobrança judicial	320	331
Total	787	776

Na data das demonstrações contábeis as contas estavam avaliadas a valor presente.

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2019 o capital social era formado por 2.900.000 (dois milhões e novecentas mil) quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 assim distribuído entre sócios pessoas jurídicas nacionais.

Sócios	Quotas	
	30/06/2019	31/12/2018

Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná	2.886.000	2.884.000
Cooperativas Singulares Filiadas a Central Paraná	14.000	16.000
Total	2.900.000	2.900.000

No primeiro semestre de 2019 não houve aumento de capital social ou alteração do quadro social.

Conforme terceira alteração consolidada do contrato social da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.** registrada junto a JUCEPAR sob nº 20183059867 de 10/09/2018, o quadro social é composto como segue:

Nome do Sócio	Nº de Quotas
Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob	2.886.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança	1.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Horizonte - Sicoob Horizonte	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Cândido Rondon e Região-Sicoob Marechal	1.000
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital	1.000
Cooperativa de Crédito do Iguazu Integrado - Sicoob Integrado	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	1.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Vale do Iguazu	1.000
Cooperativa de Crédito Sul - Sicoob Sul	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná	1.000
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano	1.000
Cooperativa de Crédito do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná	1.000
Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicoob Unicoob Meridional	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Umuarama - Sicoob Arenito	1.000

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas estavam assim distribuídas nas demonstrações contábeis:

	Parte relacionada	30/06/2019	31/12/2018
Ativos			
Aplicações financeiras (nota 05)	Sicoob Metropolitano	4.234	3.222

Investimentos (nota 09)	Sicoob Metropolitano	47	25	
Passivos				
Outras obrigações (nota 14)	Sicoob Central	23	22	
		Parte relacionada	30/06/2019	31/12/2018
Resultado				
Custos operacionais	Cooperativas Singulares Sócias	6.179	10.953	
Despesas administrativas	Sicoob Central	262	489	
Receitas financeiras	Sicoob Metropolitano	124	159	

NOTA 17 – HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa considera como pessoal-chave da administração os Diretores.

Os Diretores são remunerados da seguinte forma:

- ✓ **Pró-labore:** retirada pró-labore mensal;

A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

No período não foi pago valores a título de gratificações a administradores.

A Administradora possui o valor de R\$ 42 mil registrado no passivo circulante referente provisão para participação no resultado dos funcionários.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações contábeis.

Toda dívida tributária está registrada contabilmente.

b) Trabalhista

A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza trabalhista na data das demonstrações contábeis.

c) Civil, comercial e outras

A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza civil, comercial e outras.

Todas as possibilidades de contingências dessa natureza encontram-se registradas contabilmente.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019.

NOTA 19 – MANUAL DE CONTROLE INTERNO

A Administradora possui elaborado o manual de controle interno, onde se encontra registrado:

- a) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b) O gerenciamento de riscos; e

c) O gerenciamento das contingências.

NOTA 20 – OUVIDORIA

Atende as manifestações recebidas por meio de sistema de processamento de dados específico, atendimento via DDG 0800, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos consorciados.

NOTA 21 – LIMITE DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcios estabelecido no artigo 1º da Circular BACEN 3.524 de 03/02/2011 conjugado com as modificações introduzidas pelo artigo 6º da Circular BACEN 3.433 de 03/02/2009, é de seis vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado.

Verificamos que na data base de 30 de junho de 2019 à Administradora se encontra enquadrada no referido limite.

NOTA 22 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2019 a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 23 – GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Posição das Operações de Consórcios	30/06/2019	31/12/2018
Quantidade de Grupos Administrados	74	67
Quantidade Total de Grupos Administrados	118	-
Quantidade de Consorciados Ativos	21.524	23.030
Bens Entregues no Período	1.540	2.689
Bens Entregues - Total	13.654	11.851
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	1.831	1.526
Taxa de Inadimplência – Consorciados Contemplados	3,67%	2,32%
Taxa de Inadimplência – Consorciados não Contemplados	6,19%	4,59%